




Alentejo
Rua Tenente Raúl Andrade, 3
7000-613 ÉVORA

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Alentejo, IP
Av. Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, 193
7004-514 ÉVORA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.alentejo@icnf.pt
 266737370

geral@ccdr-a.gov.pt
bruno.borges@ccdr-a.gov.pt
ana.sousa@ccdr-a.gov.pt

C/C
geral@cm-elvas.pt
elina.santana@cm-elvas.pt
ccd@lodo.pt






vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-036577/2025	P-033349/2021	Infra
Assunto <i>subject</i>	PCGT - ID 410 (Ex-137) – Plano Diretor Municipal de ELVAS - Revisão		

Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento do pedido de V/ Exa., remetido via correio eletrónico, em dia 14 de outubro de 2025, para parecer do ICNF, e após a análise dos documentos em apreço, vem este Instituto comunicar o respetivo parecer.

I. INTRODUÇÃO

Os ficheiros com a proposta final de plano deram entrada neste Instituto para serem objeto de apreciação e emissão de parecer final a transmitir na reunião no dia 12 de novembro de 2025. Foram consultados os documentos abaixo indicados da Proposta do Plano acedidos a partir do link <https://we.tl/t-YDqWoBzCUv> disponibilizado pela Câmara Municipal de Elvas.



-  5_AAE
-  6_InfGeog
-  7_Anexos
-  Regulamento
-  RespPareceres_sect

A presente apreciação incidirá sobre matérias da atribuição do ICNF, nomeadamente no que diz respeito à conservação dos valores naturais, à sua proteção e salvaguarda, à transposição do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo, às medidas de Proteção do Sobreiro e da Azinheira, ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), aos povoamentos percorridos por incêndios, aos corredores ecológicos e outras temáticas relacionadas com a gestão florestal e a sua integração no Plano Diretor Municipal (PDM) de Elvas.

II. ANTECEDENTES

Identificam-se os seguintes elementos relacionados com o processo em análise:

- PCGT - ID 410 (Ex-137) - PDM - ELVAS - Revisão -3.ª Reunião Plenária – Emissão de parecer desfavorável com a ref.ª S- 014263/2025 (P- 033349/2021), de 29/04/2025.
- 2.ª Reunião Plenária - Emissão de parecer desfavorável com a ref.ª S-035559/2024, de 24/10/2024 (P-033349/2021).
- 2ª Reunião Plenária - Emissão de parecer desfavorável com a ref.ª S-009918/2024, de 21/03/2024.
- Aditamento ao parecer emitido sobre os elementos iniciais – Ofício ICNF n.º S- 012607/2022.
- Parecer sobre os elementos do Plano – Ofício do ICNF com a ref.ª S-016591/2022, de 26/04/2022.
- Parecer sobre os Elementos Iniciais – Ofício com a ref.ª S-006815/2022, de 11/02/2022.
- Identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano - Ofício do ICNF com a ref.ª S-031387/2021, de 06/08/2021.



III. ANÁLISE

Após a análise dos elementos entregues em formato *pdf* e *shapefile*, bem como da Tabela de Ponderação resultante da análise ao ofício com a ref.^a S-014263/2025, conclui-se que foram acolhidas a maioria das recomendações indicadas por este Instituto, com exceção das seguintes que deverão ser alteradas em conformidade:

1. *“7. Foi efetuado o enquadramento no Programa Regional de Ordenamento Florestal Alentejo (PROF ALT), aprovado e regulamentado pela Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro, na sua atual redação, e inserido no relatório “Análise e diagnóstico 10. Estrutura ecológica municipal -fevereiro 2025”. Apesar de terem indicado “Relativamente a Áreas limite para o eucalipto, o PDM transpõe para a sua norma o definido pelo PROF ALT de 325ha como área limite máximo a ocupar por eucalipto para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual.” Em regulamento constam 400 ha, de acordo com a legislação em vigor.”*

Refere-se que o valor de 400 ha é o correto porque consta na Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro. Verifica-se que foi alterado o documento que não carecia de retificação - o Regulamento. Assim, este aspeto carece de correção no Regulamento, ou seja, o valor de 325 deverá ser alterado para 400 (na versão anterior estava correta e de acordo com a legislação em vigor) e no Relatório permanece a necessidade de correção “Análise e diagnóstico 10. Estrutura ecológica municipal - fevereiro 2025”, página 12, de modo a que conste a 400 ha e não 325 ha”.

2. *“8. Deve ser alterada a designação, expressa em desenhos e texto de Espaço Natural e Paisagístico, com base no disposto do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, 19 agosto, no Artigo 17.º designa as “Categorias de solo rústico (...) e) Espaços naturais e paisagísticos.”*

Regista-se que esta alteração não foi realizada, uma vez que a legenda agora apresentada nas plantas, datadas de outubro 2025, indicam apenas as sub-categorias, ficando a interpretação a consequente análise de mais difícil compreensão.



3. “17. Verifica-se que os corredores ecológicos não foram transpostos a nível cartográfico na sua totalidade para a carta da EEM, não permitindo uma clarificação efetiva, aquando da aplicação das disposições definidas no regulamento do PDM de Elvas. A figura abaixo apresenta o resultado, em Qgis, do cruzamento da shapes disponibilizadas (PROF/Corredores e EEM.”

Verifica-se, na cartografia, que ainda não estão transpostas as regras definidas para os corredores ecológicos do PROF Alentejo, de acordo com a legislação em vigor. A proposta apresentada não é adequada, devendo ser alterada de modo a incorporar as condições indicadas na subalínea ii) da alínea c) do n.º 1 do Artigo 38.º, nomeadamente, “...As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas no Capítulo E, do Documento Estratégico do PROF e referenciadas no Anexo I, do PROF. (Portaria n.º 54/2019 de 11 de fevereiro)” e de acordo com a tabela abaixo.

Distância às margens da linha de água (l.a.)	NORMAS A APLICAR	RIAAR (Portaria 15-A/2018)
Linhas de água torrenciais ou temporárias		
Até 5 m da l.a. torrencial ou temporária	Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem	Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
> a 5 m da l.a. torrencial ou temporária	Assume o estipulado para a SRH respetiva, onde eventuais restrições decorrem apenas da identificação de valores em presença	-
Linhas de água permanentes		
Até 10 m da l.a. permanente	Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem	Não navegáveis, até 10 m Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
Entre os 10 m e os 500 m da l.a. permanente	Assume o estipulado para a SRH respetiva Nas ações de (re)arborizações deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20% da área da unidade de gestão a intervir	Navegáveis entre 30m e 50m Não podem ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas.
> a 500 m da l.a. permanente	Assume o estipulado para a SRH respetiva Quando estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000	-

4. “19. Da análise da proposta de Regulamento, datado de Fevereiro 2025, assinala-se o seguinte (...) b) Por lapso, foi indicada a alteração de Zona de Conservação Especial (ZCE), sendo que esta deve ser corrigida para Zona de Especial Conservação (ZEC) - (Art.º 11.º)(...)”



Não foram corrigidas as designações incorretas de ZCE nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 11.º, pelo que devem as as mesmas ser alteradas para ZEC.

5. Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia

A alteração efetuada está de acordo com as recomendações transmitidas e fundamentadas por este Instituto. A Planta de Ordenamento Desenho 01.I.N- I - Áreas de Intervenção de outros Instrumentos – Outubro 2025, não apresenta a indicação na legenda das UOPG – a Herdade da Comenda.

No entanto, verifica-se que nos elementos fornecidos em outubro de 2025, consta o ficheiro “*Programacao_execucao_plano — UOPG_20240103*”, que continua a acolher uma área de cerca de 314 hectares a ocupar na Herdade da Comenda, supostamente para a instalação da “Plataforma Logística Transfronteiriça Elvas/Caia. Assim, considera-se que esta componente do ficheiro deverá ser retirada, em consonância com o referido pela Câmara Municipal de Elvas no n.º 10 da Tabela de Ponderação apresentada.

6. Atendendo a que a proposta de Regulamento do PDM de Elvas evidencia uma adequação às disposições do Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Caia, sugere-se a ponderação de V. Exa. no sentido de, eventualmente, aproveitar esta oportunidade e proceder de igual modo no que concerne aos planos de gestão da **ZEC Guadiana/Juromenha** (código PTCON0032), da **Zona de Proteção Especial (ZPE) de Vila Fernando** (código PTZPE0053), da **ZPE de São Vicente** (código PTZPE0054) e da **ZPE de Torre da Bolsa** (código PTZPE0059) – caso estes já estejam minimamente em condições de ser transpostos para o Regulamento do PDM (Sendo que, destes todos, o de Guadiana/Juromenha é o que está mais adiantado).

IV. PARECER

Em face do exposto emite-se parecer favorável condicionado ao acolhimento dos itens a alterar, corrigir ou aditar elencados no capítulo III- ANÁLISE.



Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

José Godinho Calado

AP/RR/MJM/NS

Documento processado por computador, nº S-036577/2025